

AGENTES E INTELLECTUAIS ÉTNICOS ENTRE OS POLONESES¹

Regina Weber²

Resumo: O objetivo deste artigo é analisar diferentes modos de ação étnica, a partir de estudos e registros documentais sobre grupos de imigrantes e descendentes poloneses no sul do Brasil, acompanhando os efeitos das contingências do Estado polonês sobre os emigrados. Inicialmente são analisados os conflitos entre lideranças políticas e religiosas, especialmente os vicentinos, nas primeiras décadas do século XX, e o papel dos representantes consulares. Paralelamente é destacada a presença de “agentes étnicos” e “intelectuais étnicos”, tanto laicos como religiosos, os quais, a partir de meados da década sessenta, convergiram para uma ação conjunta.

Palavras-chave: imigração polonesa; agente étnico; intelectual étnico; vicentinos; Polônia.

ETHNIC AGENTS AND ETHNIC INTELLECTUALS AMONG POLISH PEOPLE

Abstract: The purpose of this article is to analyse distinct modes of ethnic action from studies and documentary records on Polish immigrants and descendants in the South of Brazil, as we keep up with effects of Polish State's instabilities on emigrated people. First of all, we address conflicts between political and religious leaders, mainly Vincentian, in the first decades of the XXth Century, and the role of consular representatives. At the same time the presence of “ethnic agents” and “ethnic intellectual”, both secular and religious, whose ideas began to converge to a joint action after mid-sixties, will be highlighted.

Key-words: Polish immigration; ethnic agent; ethnic intellectual; Vincentian; Poland.

A motivação para analisar modos de ação étnica em um grupo específico, neste caso, os poloneses do sul do Brasil, insere-se num quadro interpretativo mais amplo, que pressupõe que a consciência da identidade “produz-se sob a influência de fatores externos e internos”, entre estes, “da presença de líderes interessados na difusão de conhecimentos das raízes da comunidade” (SIUDA-AMBROZIAK, 2000: 97). Este artigo dá continuidade a reflexões sobre agentes e líderes étnicos, cujas bases teóricas são as noções de “liderança étnica” e “mediação” desenvolvidas por pesquisadores

¹ Este artigo é resultado das pesquisas desenvolvidas durante o estágio de pós-doutoramento junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná, sob supervisão de Maria Luiza Andreazza.

² Professora no Departamento de História e no Programa de Pós-Graduação da História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: regina.weber@ufrgs.br.

norte-americanos e latino-americanos (BERNASCONI, FRID, 2006), o conceito de “agente” de Bourdieu (1989), e uma noção ainda pouco desenvolvida – “intelectual étnico” –, mas já empregada nas ciências humanas (GANS, 1996: 430)³. Reunindo contribuições de diferentes vertentes, pode-se pensar nos intelectuais étnicos como indivíduos engajados na formulação e transmissão de representações, expressas por meio de imagens, memórias, discursos, as quais dão base à identidade de grupos étnicos, contribuindo para a composição do complexo simbólico-cultural que funciona como emblema de um grupo social (GIMÉNEZ, 1997: 14). Nesta acepção, os intelectuais étnicos estariam mais próximos aos “intelectuais *stricto sensu*” da tipologia de Leclerc (2003: 16), pois estão relacionados “com a busca e conservação da verdade, dos valores coletivos e sagrados, aqueles que governam um grupo, uma sociedade, uma civilização”. Os intelectuais étnicos seriam os que dariam expressão àquilo que, na teoria dos atores sociais, são atributos do sujeito-ator coletivo ou sujeito-grupo:

[...] la capacidad de distinguirse y ser distinguido de otros grupos, de definir los propios límites, de generar símbolos y representaciones sociales específicos y distintivos, de configurar y reconfigurar el pasado del grupo como una *memoria colectiva* compartida por sus miembros (GIMÉNEZ, 1997: 18)

Para dar um enquadramento histórico à mobilização de agentes étnicos poloneses, parte-se de um esboço da atuação, nem sempre harmônica, de líderes laicos e religiosos nas primeiras décadas do século XX nos estados do Paraná, sobretudo, e Rio Grande do Sul, destacando, na sequência, membros de uma instituição religiosa (os vicentinos) e de uma instituição estatal (os representantes consulares); por fim, mostra-se um momento de convergência, no final da década de 1960, entre laicos e religiosos unidos pelo mesmo pertencimento étnico e pelo comum interesse na memória e na história dos imigrantes poloneses. Observar as clivagens internas a um grupo étnico é um exercício de interpretar como a pretendida “identidade”, construída a partir da suposição da homogeneidade e da origem comum, pode sempre ser objeto de disputas, as quais tanto fragilizam quanto dinamizam as comunidades que são o suporte destas identidades. O conjunto de fontes bibliográficas utilizadas é bastante diversificado, com destaque para obras biográficas e registros memorialísticos, alguns deles resgatados e traduzidos muitas décadas depois de escritos.

Laicos e religiosos entre a comunidade emigrada na primeira metade do século XX

³ Sobre o assunto ver R. Weber (2014).

Publicações e entidades onde atuavam líderes laicos existiram entre os poloneses desde os primeiros anos de instalação dos imigrantes na nova terra, haja vista as iniciativas editoriais existentes desde o final do século XIX (PITON CM⁴, 1971: 82). Em inúmeros registros sobre a fundação de associações de imigrantes poloneses no final do século XIX no Brasil e início do século XX, aparece o nome de Kłobukowski, representante da Sociedade Comercial e Geográfica, fundada em Lwów, cidade da Galícia austríaca⁵, a qual ocupava-se com a sorte do imigrante polonês no Brasil. A incansável ação de Stanisław Kłobukowski, que faz dele um dos mais notáveis agentes étnicos poloneses, estaria, segundo Ruy Wachowicz (2001), permeada das conotações messiânicas que alimentavam a ideia da Nova Polônia dos promotores da imigração polonesa para o Brasil vinculados ao “Grupo de Lwów”.

Uma noção de “polonidade”⁶ com conotações menos messiânicas e mais políticas permeava a atuação de Kazimierz Gluchowski, o primeiro cônsul polonês no Brasil após a independência política da Polônia (2ª República Polonesa), que chegou a Curitiba em 1920, o qual era aliado aos “progressistas” que se opunham ao ensino religioso (ver abaixo), e aos promotores da Liga Marítima e Colonial, em geral militares, cujos sonhos de uma colônia marítima ultramarina tiveram fim com o regime nacionalista do Estado Novo brasileiro (75 ANOS, 1978: 216; WACHOWICZ, 2001: 55-57). Gluchowski é o autor do primeiro grande texto clássico da imigração polonesa para o Brasil, publicado em 1927 em Varsóvia e só traduzido após oitenta anos. Neste livro ele é enfático quanto à necessidade de “intelectuais” para evitar que os poloneses sejam destinados a um “papel de párias” (GLUCHOWSKI, 2005: 194).

O termo “intelectual” é empregado por Gluchowski (2005: 244-247) num sentido “liberal”, incluindo membros do clero, professores, médicos, redatores de jornais, e também cônsules austríacos⁷ ou comerciantes os quais a vida colocou “numa posição de liderança, fazendo com que desempenhem o papel de intelectuais”. Esta definição possui semelhanças com a noção ampliada do termo intelectual proposta por

⁴ As letras CM acrescentadas a um sobrenome revelam vinculação religiosa à Congregação da Missão (*Congregatio Missionis*).

⁵ Parte da Galícia austríaca, como aquela onde se situa Lwów, corresponde à parte ocidental da atual Ucrânia, que esteve sob controle da Segunda República Polonesa antes de ser incorporada pela União Soviética após a Segunda Guerra.

⁶ O termo é empregado como sinônimo de “patriotismo polonês” ou “nacionalismo polonês” (WACHOWICZ, 1981: 11-12). É correlato ao termo “polonismo”, o qual, no modo empregado por Gluchowski (2005: 316), refere-se a um “sentimento” com relação à antiga Pátria.

⁷ Antes da independência da Polônia, os cônsules austríacos, em geral etnicamente poloneses, atuaram como agentes étnicos poloneses.

Sirinelli (2003: 242), a qual pode abarcar “tanto o jornalista como o escritor, o professor secundário como o erudito”; e também nos remete à questão do “engajamento”, recorrente nas discussões sobre o papel social dos intelectuais em sociedades contemporâneas (MARLETTI, 1995; LECLERC, 2003)⁸. Mesmo reconhecendo o entusiasmo destes personagens, vistos como “a força única e exclusiva que fecundava o pensamento da coletividade”, Gluchowski (2005: 249) entendia que lhes faltou perseverança e condições adequadas para melhor desenvolver o “polonismo”.

A proposta defendida por Gluchowski, para apressar o processo de “formar intelectuais que tenham sentimentos poloneses e conheçam o espírito polonês” era a assinatura de um tratado entre Brasil e Polônia permitindo o reconhecimento de estudos médios e superiores realizados por jovens em instituições da Polônia, assim como promover visitas de artistas e literatos poloneses ao Brasil (GLUCHOWSKI, 2005:194). Portanto, Gluchowski, ele próprio um intelectual étnico, projetava conferir àqueles que se encarregavam da gestão do “complexo simbólico” dos poloneses (o “polonismo”) o reforço dos títulos que identificam o “capital cultural” das elites intelectuais (LECLERC, 2003: 76), o que potencializaria o “carisma” das lideranças, que é influenciado tanto pelo reconhecimento entre seus conterrâneos quanto pela aprovação da sociedade majoritária (NÚÑEZ SEIXAS, 2006: 26).

A Segunda República Polonesa foi um período de muita movimentação na comunidade emigrada, dando ensejo a manifestações de identidade de modo artístico: a peça teatral “Grinaldas Paranaenses”, de Tadeusz Milan Grzybczyk, um drama sobre o destino histórico da Polônia, foi encenada, em 1921, nas margens do rio Iguaçu, com atores recrutados entre a elite intelectual polonesa em Curitiba; Eugênia MIszke, que chegou ao Brasil em 1922, “resolveu elevar o nível da cultura musical da colônia polonesa e dar conhecimento aos brasileiros e pessoas de outras nacionalidades, das características da música e dança polonesa”; o diretor teatral Tadeu Morozowicz agitava a capital paranaense na década de 1930, com encenações de peças teatrais polonesas, onde atuavam inúmeros cantores e bailarinos (WACHOWICZ, MALCZEWSKI SChr 2000: 140, 257, 267). Em Porto Alegre, a “colônia polonesa” foi promotora de uma “representação teatral de gala” no principal teatro de Porto Alegre, em 1932, na qual foi

⁸ O próprio Gluchowski foi um jornalista engajado em prol da independência da Polônia: “Nos EE.UU., estava Gluchowski preocupado em formar militarmente os poloneses, a fim de que um dia pudessem engajar-se na luta pela independência da Polônia. Para tanto, difundia a organização SOKOL (O Falcão). No início da I Guerra Mundial, retornou à Polônia e apoiou a organização das Legiões de José Pilsudski” (WACHOWICZ, MALCZEWSKI SChr, 2000: 14). Pilsudski foi o general que comandou a luta pela independência da Polônia.

encenada uma obra literária do poeta e patriota polonês do século XIX, Adam Mickiewicz, com direção artística, músicas, atores e cantores poloneses, precedida pelos hinos nacionais brasileiro e polonês e discurso do cônsul geral da Polônia (THEATRO SÃO PEDRO, 1932).

Por sua vez, congregações religiosas desde muito cedo acompanharam os imigrantes, entre eles missionários vicentinos, que se instalaram nos arredores de Curitiba em 1903, analisados abaixo. A presença de um clero estrangeiro não é fenômeno que se restrinja aos poloneses. Segundo Altiya Balhana (1993: 55), a organização de programas assistenciais para os imigrantes foi um dos resultados práticos do debate promovido por grupos de intelectuais católicos europeus a partir de 1870. Em estudo sobre a organização católica em áreas de imigração alemã e italiana no Rio Grande do Sul, Ernesto Seidl (2004: 85-86) aponta os fatores interconectados que favoreceram seu desenvolvimento: a reação do Vaticano aos “erros modernos” do século XIX (liberalismo, socialismo e outros); a separação entre Estado e Igreja com o advento da República no Brasil, pondo fim aos obstáculos à nomeação dos bispos; e o afluxo de levas de imigrantes para o sul do país. Padres imigrantes e missionários vieram desde os primórdios da imigração, mas a existência de um aparato institucional associado à intensificação da ação missionária, dá outra feição à ação do clero, justamente o que está em foco neste artigo.

Quando mais organizadas, lideranças religiosas poderão entrar em conflito entre si⁹, ou com lideranças laicas politicamente motivadas, como ocorreu no início do século XX, em Curitiba¹⁰. O relato memorial de um padre vicentino menciona o jornal *Polak w Brazylji* (O Polonês no Brasil), com conteúdo anticlerical, que existiu de 1905 a 1920, (75 ANOS, 1978: 183). Este semanário estaria sob orientação de dois livres pensadores que eram membros da Loja Maçônica¹¹ Fraternidade Paranaense, os quais traduziram “tendenciosamente” cartas de um missionário, o Pe. Hugo Dylla, um dos quatro missionários pioneiros que chegaram em 1903, que haviam sido divulgadas em publicações religiosas polonesas (BIERNASKI CM, 2003: 22-23). As cartas do Pe. Dylla, que relatavam suas impressões sobre a situação dos imigrantes nas localidades

⁹ Ocorreram disputas entre vicentinos e verbitas (Congregação do Verbo Divino) pela supremacia nas paróquias de imigrantes poloneses (GLUCHOWSKI, 2005:124).

¹⁰ Há registros de atritos entre socialistas e católicos ainda no final do século XIX, na Sociedade Concorórdia (Zgoda), fundada em Porto Alegre (GRZESZAK, 2010: 22).

¹¹ Sociedades secretas, nos moldes da franco-maçonaria, foram um dos modos de organização dos ativistas políticos em defesa da independência da Polônia (WACHOWICZ, 1981: 20-21).

por ele visitadas, ao serem traduzidas e publicadas na imprensa local, por apresentarem uma visão negativa do Brasil e de seus habitantes, motivaram uma campanha contra o clero polonês, acusado de ocupar-se de política, e a prisão e expulsão do Pe. Dylla em 1905. O fundador deste jornal, o jornalista e comerciante Kazimierz Warchalowski, um grande intelectual e agente étnico, foi o mentor da ideia de organizar um Liceu Polonês, em 1909, a qual encontrou adesão, pois havia vários imigrantes interessados em evitar que “os chamados *clericals* tomassem a dianteira histórica no ensino” (WACHOWICZ, MALCZEWSKI SChr, 2000: 201, 406). Na visão do historiador vicentino Piton (1971: 82), o final da primeira década do século XX foi um período de “batalha pela hegemonia na colônia polonesa”.

Em outros momentos, diante de um opositor não polonês, pôde haver aproximação entre diferentes setores dos emigrados, como em 1912, quando o comerciante e jornalista Leon Bielecki criticou o bispo de Curitiba, José de Camargo Barros, pela sua política de nacionalização do clero estrangeiro, que havia motivado a expulsão de dois seminaristas de origem polonesa do Seminário Diocesano por estes se declararem abertamente pró-nacionalidade polonesa (WACHOWICZ, MALCZEWSKI SChr, 2000: 32)¹².

O conflito, interno à comunidade de poloneses, entre laicos e religiosos no âmbito educacional, recrudescer nas décadas seguintes, quando a liderança laica, prenhe de partidários da independência da Polônia, viu-se reforçada pela vitória dos revolucionários na Europa. A fundação, em Curitiba, em 1920, de uma sociedade denominada “Associação das Sociedades Escolares Kultura” é descrita, pelo relato vicentino (75 ANOS, 1978: 216), como “forças antagônicas”, compostas por “fatores do ateísmo, denominados ‘progressistas’”, que “evoluíam e contaminavam” as áreas de influência vicentina. Na visão do Pe. Piton (1971: 87) o periódico Swit, que, a partir de 1920 foi incorporado pela Kultura, “era um semanário político avançado, progressista, esquerdista e antirreligioso na América do Sul”, e, até ser fechado em 1928, congregou ex-combatentes pela libertação da Polônia. Contrapondo-se à organização laica, os religiosos poloneses fundaram, em 1921, a Federação Católica Oswiata, uma Associação de Sociedades e Escolas Católicas Polonesas, criticada pelos oponentes como sendo “divisionista” da colônia polonesa (75 ANOS, 1978: 226). Este relato

¹² No final do século XIX, intelectuais imigrantes já haviam se manifestado contra a política de agentes do bispado de São Paulo, de substituir padres poloneses por sacerdotes brasileiros nas paróquias polonesas do Paraná que estavam sob sua alçada (WACHOWICZ, 1981: 101-2).

vicentino nos permite deduzir que os membros da “Kultura” teriam uma posição contrária ao ensino religioso nas escolas.

As divergências entre o clero e os anticlericais transferiram-se do âmbito da cultura e da educação para o da política. Simão Kossobudzki, um ex-militante em prol da independência da Polônia e participante de revolução de 1905¹³, que se engajou no grupo da Kultura, a despeito de ter organizado o Diretório Polono-Brasileiro do Partido Republicano de Araucária, teve inviabilizada sua candidatura a deputado pelo Partido Republicano, em virtude da rejeição de seu nome pelo clero polonês, que controlava o voto nas colônias (WACHOWICZ, MALCZEWSKI SChr, 2000: 195).

A discussão sobre a relação entre o clero e o campesinato polonês precisa ser retomada, seguindo a diferenciação apontada por Wachowicz (1981), entre a situação na Polônia e a situação no Brasil. A mentalidade religiosa medieval e antieconômica do camponês na Polônia, valorizando ao extremo os feriados religiosos, era uma forma de defesa contra a exploração senhorial, que acabava por favorecer uma espiritualidade cristã arcaica. Na nova sociedade, a paróquia polonesa era um centro comunitário vital, o que não deixou de favorecer a liderança do padre polonês. Em comum, ambas as situações levavam a uma associação entre religião católica e identidade polonesa; na Europa, porque a religiosidade contribuiu para evitar a “despolonização” promovida pelas potências invasoras, e na América, porque o padre polonês simbolizava a persistência da autonomia da comunidade polonesa num Brasil onde operavam duas forças contrárias: a do Estado, que se propunha como uma nação republicana, e a do clero católico luso-brasileiro que pretendia que o clero estrangeiro estivesse sob seu controle. Por outro lado, a conjuntura da nova sociedade, ensejando o aparecimento de novas lideranças e iniciativas leigas (escolas, sociedades recreativas) enfraquecia o poder monolítico do clero polonês.

A rivalidade entre a Oswiata e a Kultura motivou várias iniciativas culturais, tais como edição de livros e manuais didáticos e bibliotecas. Buscando neutralizar as disputas e também coordenar as atividades das organizações da imigração polonesa existentes no território brasileiro, representantes do serviço diplomático polonês em Curitiba fomentaram a criação, em 1930, da União Central dos Poloneses no Brasil (Centralny Związek Polaków w Brazylii ou CZP) (ANUSZEWSKA, 1980: 206), que

¹³ A Revolução de 1905, que espalhou-se por todo o Império Russo, atingiu cidades polonesas da área sob seu domínio.

teve também presença em outros Estados do país¹⁴. A União, fazendo jus ao nome, efetivamente congregou religiosos, como o Pe. Piasecki, que fora um dos clérigos mais ativos na reação católica “ao aumento da influência do grupo esquerdista”, e líderes nacionalistas, como Miguel Sekula, antigo militante do Partido Socialista Polonês (WACHOWICZ, MALCZEWSKI SChr, 2000: 294, 338). Apesar de seus grandiosos objetivos, a União existiu por poucos anos (BARANSKI et al., 2005: 115).

Os rumos das lideranças polonesas emigradas foram influenciados por duas circunstâncias que se manifestaram a partir do final da década de 1930: os acontecimentos na Polônia durante a Segunda Guerra Mundial – a invasão alemã no início desta, e a ocupação soviética ao final da guerra, com a subsequente instalação do regime comunista na Polônia; e, no contexto brasileiro, a Campanha de Nacionalização cerceou as manifestações étnicas consideradas “estrangeiras”, obrigando a alteração de nomes de entidades, proibindo a circulação de jornais em outras línguas, obrigando ou induzindo o seu encerramento:

Com o intempestivo fechamento das escolas particulares polonesas e das associações recreativas, a polonidade no Rio Grande do Sul sofreu golpe mortal. [...] Com a extinção das escolas particulares ficou, automaticamente, eliminado o ensino da língua polonesa (STAWINSKI, 1976: 152).

As conquistas das organizações emigradas, no sentido de reverter o analfabetismo camponês, foram fragilizadas pela conjuntura política do Estado brasileiro. Outras repercussões destes acontecimentos, do Brasil e do Europa, sobre os poloneses estão descritos nos próximos segmentos.

Os vicentinos poloneses

A Vice-Província Polonesa do Brasil, entidade vicentina instalada em 1921, deu feição institucional às atividades religiosas e culturais desenvolvidas por missionários da cidade de Cracóvia, na Galícia austríaca¹⁵, que chegaram ao Paraná em 1903, instalando-se em uma localidade próxima a Curitiba, habitada por imigrantes poloneses (GUMIEIRO, 2013: 77; 75 ANOS, 1978: 25). Antes da criação da Vice-Província, os

¹⁴ De acordo com Stawinski (1976: 228), uma estatística de 1937 registrava 186 associações e 134 escolas vinculadas à União Central Polonesa no Rio Grande do Sul.

¹⁵ Para os religiosos vicentinos poloneses, a dominação austríaca foi mais amena que a da Prússia e Rússia desde o século XIX, permitindo a fundação da Província [vicentina] de Cracóvia, em 1865, após a cassação da Província de Varsóvia (BIERNASKI CM, 2003: 5), o que certamente tem relação com o fato da Áustria ter se mantido como um país católico.

padres poloneses estavam vinculados, por intermédio de um diretor regional, à Província da Cracóvia. Por outro lado, a partir do momento que passa a existir a Vice-Província Polonesa, os restantes padres lazaristas¹⁶, termo que também identifica os vicentinos, passaram a ser identificados como pertencentes à “Província Brasileira” (A ARQUIDIOCESE, 1956: 231), o que denota uma partição de caráter étnico em uma ordem religiosa. Quando foi criada a Missão Católica Polonesa no Brasil, por ato do Papa Pio XII, em 1952, esta pastoral foi confiada aos padres vicentinos, que dela se encarregaram até 1972 (BIERNASKI CM, 2002).

O exercício da função religiosa possibilitava aos membros do clero muitas circunstâncias de promoção de uma identidade étnica polonesa. As celebrações religiosas em polonês e a prática do sacramento da confissão em língua polonesa aproximavam os missionários dos imigrantes. Estas práticas encontraram resistências no clero católico, por parte de bispos e padres brasileiros, tendo havido interferência do Papa, em 1907, na concessão de uma licença para o uso de cânticos em polonês durante as missas (BIERNASKI CM, 2002: 116). Entretanto, o que dá à ação destes clérigos vicentinos um matiz étnico vai muito além da assistência espiritual em idioma dos imigrantes, pois fundaram escolas, associações culturais, corais, teatros e, nas décadas cinquenta e sessenta, grupo folclórico e emissoras de rádio (BIERNASKI CM, 2003: 3, 76; 75 ANOS, 1978: 24, 251). O pensionato (Bursa) fundado em 1923 em Curitiba tinha primordialmente objetivos religiosos (formar professores cristãos e incentivar vocações religiosas); por outro lado, ao hospedar filhos de imigrantes que iam realizar estudos na capital paranaense (GUMIEIRO, 2013: 76; BIERNASKI CM, 2002: 119), operava como elo identitário. Romão Wachowicz, que promoveu a identidade polonesa através do teatro escolar (ver abaixo), desenvolveu atividades teatrais enquanto esteve no internato vicentino (WACHOWICZ, MALCZEWSKI SChr, 2000: 396). O raio de ação dos vicentinos estendia-se a outros Estados do país, principalmente Rio Grande do Sul e Santa Catarina.¹⁷

Os vicentinos não foram a única congregação religiosa polonesa a atuar no Brasil nas primeiras décadas da colonização por imigrantes poloneses, mas foi a que

¹⁶ O priorato de São Lázaro, uma antiga leprosaria, foi a primeira casa dos missionários vicentinos no século XVII (GUMIEIRO, 2013: 63). Vicentinos ou lazaristas não poloneses já estavam em Curitiba desde 1896.

¹⁷ Em Santa Catarina, o contato dos missionários com os índios, nas primeiras décadas do século XX, resultaram registros, como os do Pe. Jacinto Miensopust, sobre os Chiquitos-Pereci, ou num processo denominado “pacificação” dos índios Xókleng (Botocudos), que, na verdade, significou sua transferência para uma reserva indígena e cristianização (BIERNASKI CM, 2003: 34).

alcançou maior influência. Outra congregação foi a dos “verbitas”, pertencentes à Congregação do Verbo Divino, cuja ramo polonês chegou em Curitiba em 1904, dando ensejo à construção da Igreja de Santo Estanislau, conhecida como Igreja Polonesa (A ARQUIDIOCESE, 1956: 182). Os verbitas, mais germanizados que os vicentinos, foram hostilizados por estes por sua germanofilia, o que mostra tanto o efeito perverso da dominação, sendo o dominado culpado pela desnacionalização inclemente levada pelo dominador, como a afirmação de uma “polonidade” no além-mar, conduzindo os verbitas a se “polonizarem” (GLUCHOWSKI, 2005: 124, 130). O afluxo de missionários vicentinos poloneses foi constante ao longo das seis primeiras décadas, com maior intensidade na década de 1930, quando ingressaram no país vinte e três missionários (BIERNASKI CM, 2003), o que reflete a demanda por párocos poloneses das comunidades imigrantes instaladas no Brasil. Por sua vez, a presença de missionários quase sempre acarretava a vinda de religiosas polonesas, as quais atuavam como professoras, enfermeiras e catequistas.

A partir de um jornal publicado em polonês desde a década de 1920, o Lud, os vicentinos deram origem à Sociedade Editorial Lud, a qual, além do jornal, editou várias publicações direcionadas aos poloneses. Um dos seus primeiros editores do jornal, o Pe. Góral, elaborou, entre as décadas 1920 e 1950, dicionários e gramáticas, de português para os poloneses e de polonês para os brasileiros (BIERNASKI CM, 2003: 57). Estas publicações, assim como a publicação de catecismo bilíngue, a instrumentalização de professores para ministrar a disciplina de português, e editoriais do jornal Lud ajudaram a promover a integração dos imigrantes à nova pátria (BIERNASKI CM, 2002: 117-119).

Durante o Estado Novo, o jornal, em virtude da proibição de publicações em línguas estrangeiras, deixou de circular. Quando retornou, em 1947, com uma tiragem reduzida pela metade (BIERNASKI CM, 2002: 116), o Lud apresentava páginas mistas, em polonês e em português, e assim prosseguiu até suas edições mais recentes. O editorial do primeiro número da nova série reflete as circunstâncias nacionais e internacionais da época. Contra o materialismo, que estaria escravizando o mundo com “traíçoeiras palavras”, “torna-se mais premente a necessidade da boa imprensa, para dar ao povo orientação segura”. Em termos sociais, o jornal se dispunha a “incutir no povo polonês o amor pelo Brasil” e, refletindo o discurso ainda em vigor naqueles anos, o qual justapunha nacionalidade e raça, se dispunha a “estimular a nacionalização, a formação da nova raça, a verdadeira etnia brasileira, a ser composta e já se comendo

dos variegados elementos raciais nos quais a descendência polonesa toma parte saliente” (FIRAKOWSKI, 1947, p 1). O autor deste editorial dos anos 1940 não é religioso, o que assinala uma parceria laico-religiosa entre os poloneses, conjugados como um “ator social” no processo de interação social no qual se dá o heterorreconhecimento de uma identidade (GIMÉNEZ, 1997: 12), neste caso, o reconhecimento dos polono-brasileiros pela sociedade brasileira.

Na Paróquia São Vicente de Paula, os padres vicentinos dispõem, ainda hoje, de uma biblioteca, onde estão volumes religiosos e históricos, grande parte dos quais escritos em polonês, e de uma sala onde existe um acervo sobre a imigração polonesa no Brasil, entre outros documentos. Tratam-se de materiais bastante variáveis, recortes armazenados em pastas sobre determinado assunto ou personagem, publicações de poloneses ou sobre poloneses, e também livros de história. Este acervo tomou forma porque vários vicentinos, a par dos registros paroquiais que são parte de toda burocracia religiosa, assumiram funções de arquivistas, memorialistas e historiadores, alguns com a sensibilidade de sociólogos, na visão do Pe. Lourenço Biernaski:

Pe. Bayer deixou uma correspondência rica e abundante que lança raízes sobre as atividades e os fatos, do início da atividade missionária dos Padres Vicentinos, no Paraná e outros Estados. Escreveu também “Pamiętniki – Memórias” como fonte de informação da imigração polonesa, tendo feito a estatística de 1903 a 1905, durante as missões (BIERNASKI CM, 2003: 19).

[Pe. Jacinto Miensopust, entre 1906-1910] redigiu a “Crônica de Prudentópolis”, material colhido nas visitas e bênçãos de casas, que se constitui numa fonte de primeira mão, fundamentando a autópsia dos fatos, com curiosas observações do ponto de vista sociológico neste conglomerado de raças e línguas (BIERNASKI CM, 2003: 28).

[Pe. Sojka, redator do Lud na década de 1950] transformou a fisionomia do hebdomadário e elevou o nível cultural. Artigos preparados com seriedade e longas pesquisas nos arquivos históricos e Biblioteca Pública, foram transcritos por outros periódicos poloneses da Inglaterra, França, Roma e E.U. Pesquisou longamente e publicou no “Lud” a biografia dos primeiros padres poloneses que vieram da Polônia para prestar pastorais aos seus compatriotas no Brasil e na América Latina (BIERNASKI CM, 2003: 218).

Este conjunto de documentos dispostos em um acervo, associado à infraestrutura editorial e gráfica, que foi sendo ampliada com a substituição da Editorial Lud pela Gráfica Vicentina na década de 1960 (75 ANOS, 1978: 23), deu suporte à publicação de

obras importantes sobre os imigrantes poloneses do sul do país, em grande parte de autoria de não religiosos, o que será analisado na última parte deste artigo.

Cônsules poloneses no Brasil: efeitos da política europeia sobre os imigrantes

Consulados e embaixadas são órgãos de representação diplomática entre duas nações, e sua existência prescinde da presença da concentração de comunidades emigradas no exterior. Entretanto, a sintonia entre os líderes das comunidades de imigrantes e seus descendentes e a representação consular, quando esta existe, tende a reforçar uma identidade de origem calcada num país territorial e politicamente definido. As oscilações políticas do Estado polonês, sempre alvo de potências vizinhas, tiveram efeitos sobre os imigrantes. A condição de “apátridas” (STAWINSKI, 1976: 162) é sempre lembrada quando se compara a imigração polonesa a outros grupos imigrantes.

O período da Segunda República Polonesa (1918-1939), como vimos, foi de muito ativismo entre imigrantes, mas também foi um o período que deixou registros de atritos entre o consulado e os religiosos. Enquanto existiu, a representação diplomática da Polônia renascida atuou como promotora da etnicidade, como, por exemplo, através da ação do consulado de Curitiba. Ao visitar as colônias polonesas no sul do país, Gluchowski, o primeiro cônsul da Polônia livre, era recebido de forma apoteótica: “O sentimento patriótico dos poloneses vibrava com a vinda dessa primeira autoridade. Julgavam que, de agora em diante, os poloneses e a Polônia seriam iguais aos outros povos e nações” (WACHOWICZ, MALCZEWSKI SChr, 2000: 125). No Rio Grande do Sul, entidades representativas dos poloneses, que já haviam tido momentos de atritos, unem-se em uma comissão para organizar a recepção ao cônsul polonês (GRZESZAK, 2010: 27). Em seu próprio relato destas manifestações, Gluchowski (2005: 316), expressa um ponto de vista que exemplifica com vivacidade aquilo que, em teoria, pode ser descrito como a ação étnica do Estado de origem dos imigrantes:

Os primeiros anos da existência desse símbolo visível do polonismo, a primeira fase da existência do Estado polonês, a vinda dos representantes diplomáticos e consulares, deram destaque ao orgulho do sentimento nacional, que despertou mesmo dentro daqueles que haviam esquecido o polonismo, e muitas vezes o renegavam.

Revelando um olhar sociológico, Gluchowski alertava que este sentimento podia enfraquecer-se, principalmente na geração dos filhos dos emigrados, sugerindo um programa real de colaboração entre emigrados e a Polônia. Seu sucessor, Zbigniew

Miszke, que chegou ao Brasil em 1922 como cônsul nomeado para Curitiba, com jurisdição para o Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Mato Grosso, seguiu afirmando a cultura polonesa, e, no que tange ao ensino, estimulou a fusão das entidades centrais de professores e colaborou na adaptação das escolas polonesas à nova legislação brasileira, mais nacionalista (WACHOWICZ, MALCZEWSKI SChr, 2000: 259). Após o fim de seu mandato, em 1928, o consulado continuou a política de agregamento dos poloneses no Brasil, incentivando a fundação União Central dos Poloneses (CZP), como foi visto acima. Entretanto, Roman Staniewicz, cônsul entre 1932 e 1934, aderiu à ala anticlerical, acentuando antigas divergências, o que resultou no rompimento definitivo no âmbito da CZP (WACHOWICZ, MALCZEWSKI SChr, 2000: 360). A jovem República Polonesa, que lidava com as divergências políticas que se manifestam no processo de construção de um Estado, ainda oscilava em sua política diplomática, e os representantes consulares, ao tomarem partido nas querelas das lideranças emigradas, enfraqueciam-se como agentes de promoção da identidade étnica.

Após a invasão russa, no final da Segunda Guerra, e do início do regime comunista, a Polônia viveu a situação peculiar de ter dois governos, um na Polônia e outro em Londres. Houve mobilização no Brasil para apoiar este governo no exílio, e as relações entre este governo exilado e os imigrantes tiveram continuidade. Tanto o cônsul geral em Curitiba quanto o embaixador no Rio de Janeiro mantiveram-se fiéis ao governo polonês instalado em Londres enquanto foi possível; e, após a nomeação de representantes diplomáticos afinados com o governo comunista, a fidelidade dos emigrados manifestou-se na organização dos “Poloneses Livres no Brasil” (WACHOWICZ, MALCZEWSKI SChr, 2000: 121, 355, 347).

O regime comunista na Polônia, que perdurou por mais de quatro décadas, devido à influência política da URSS sobre o país após o fim da Segunda Guerra Mundial, limitou as possibilidades dos imigrantes terem nos representantes consulares deste novo governo um referencial de ligação com a terra de origem, uma vez que as velhas lideranças estavam comprometidas com o governo no exílio, com a exceção de poloneses afinados com a ideologia comunista, e as lideranças católicas eram avessas a doutrinas materialistas. O Consulado que funcionava em Porto Alegre, o qual engajou voluntários para lutar na guerra na Europa, foi fechado, e os poloneses do Rio Grande do Sul, em manifesto de 1951, externaram sua hostilidade à nova embaixada da Polônia no Brasil, reafirmando sua fidelidade ao governo polonês instalado em Londres (WEBER, WENCZENOVICZ, 2012: 167). Este é o contexto que irá favorecer a

liderança de Edmundo Gardolinski, filho de um imigrante que veio ao Brasil como funcionário do consulado da Áustria, em 1912, e casado uma sobrinha do ex-cônsul geral da Polônia de Porto Alegre, que, a partir de sua chegada nesta cidade, em 1941, projetou-se como o mais notável agente étnico do Rio Grande do Sul (WEBER, WENCZENOVICZ, 2012: 168).

Retratando o ponto de vista religioso, o capuchinho descendente de imigrantes Alberto Stawinski (1976: 180) descreve o regime comunista polonês sob a égide do stalinismo como “período de opressão e terror”, e o socialismo do período pós-stalinista como “suportável até certo ponto, embora não se coadune, em certos princípios, com a milenar mentalidade cristã da maioria do povo polonês”. Entretanto, a vida religiosa, ainda que seriamente restrita, não foi extinta na República Popular da Polônia. Lá foram realizadas, em 1947, 1963 e 1968, edições da Assembleia Provincial de Cracóvia, congressos vicentinos que contaram com a participação de representantes brasileiros (BIERNASKI CM, 2003). O Consulado da Polônia no Brasil atuou em benefício dos vicentinos quando da vinda de missionários na década de 1950, os quais, “após diversas investigações e interrogatórios, conforme o costume do regime”, obtiveram licença para deixar o país (BIERNASKI CM, 2003: 128). Foi neste contexto, buscando preservar estas relações com o consulado, que a hierarquia vicentina, na pessoa do reitor da Missão Católica Polonesa no Brasil, o Pe. Piasecki, afastou o Pe. Sojka, que chegara a Curitiba em 1955, do cargo de redator do jornal Lud, em virtude do teor crítico de seus artigos sobre o comunismo, que revelavam a experiência de quem passou por prisão, castigo público e expulsão na China, após a conquista comunista, em 1946, de uma região onde existia um seminário e uma missão vicentina (BIERNASKI CM, 2003: 216).

Intelectuais e ativistas étnicos: parcerias laico-religiosas nas décadas 1960 e 1970

As manifestações étnicas continuaram existindo entre os imigrantes e, com o fim do Estado Novo, seguido pelo processo de redemocratização a partir de 1945, abrandou o cerceamento aos “estrangeiros”. Para a década de 1950, há registros de vitalidade da colônia polonesa. Em Porto Alegre, Jan K. Wojcik, um ex-prisioneiro dos campos de concentração alemães, dirigia peças teatrais polonesas nos dias festivos na Sociedade Polônia e um programa radiofônico em língua polonesa, além de contribuir com a pesquisa e a divulgação da história dos imigrantes poloneses em parceria com Edmundo Gardolinski (WACHOWICZ, MALCZEWSKI SChr, 2000: 417). Romão Wachowicz,

autor de peças teatrais polonesas e professor de uma escola de Santa Catarina, fechada em 1938 devido ao movimento de nacionalização, continuou seu ativismo étnico e, no final da década de 1950, tornou-se locutor do programa radiofônico Hora Polonesa, da Rádio Cambijú, fundada em 1952 em Araucária pelos padres vicentinos (WACHOWICZ, MALCZEWSKI SChr, 2000: 400; 75 ANOS 1978: 252). As rixas entre religiosos e laicos na Segunda República deram lugar aos ataques dos velhos ativistas aos representantes da República Popular da Polônia, que também não contavam com a simpatia dos clérigos, como vimos acima. Este contexto certamente favoreceu um movimento que, a partir do final da década de 1960, congregou agentes étnicos poloneses de vários matizes: as comemorações do Milênio da Polônia Cristã, que visaram marcar, em 1966¹⁸, o decurso de mil anos desde que o Reino da Polônia deixou de ser pagão, convertendo-se ao cristianismo, e as comemorações do Centenário da Imigração Polonesa no Paraná (1971).

Em termos do foco deste artigo, o principal resultado das atividades conduzidas durante as comemorações do centenário foram os Anais da Comunidade Brasileiro-Polonesa. Segundo o tradutor e lexicógrafo Mariano Kawka (2007), que colaborou com as edições dos anais, estes foram um projeto da Superintendência do Milênio Cristão da Polônia (SUPOL), entidade responsável no Brasil pelas comemorações do Milênio. Em outras palavras, um movimento religioso está na origem de uma publicação periódica que agregou jovens intelectuais acadêmicos e tornou-se uma fonte de pesquisa fundamental para futuros estudos sobre a imigração polonesa no Brasil. Um movimento religioso com claro posicionamento político, pois a fé e a piedade polonesa, tanto quanto a instituição da igreja, representada pelo Cardeal Wyszynski, Primaz da Polônia, aparecem como justificativas para o historiador do Milênio (POLAK, 1966), para o fato do catolicismo ter se mantido forte na Polônia durante o regime comunista.

A SUPOL efetivamente aparece entre as entidades-membros da Superintendência do Centenário da Imigração Polonesa ao Paraná; entretanto, a despeito desta origem marcadamente religiosa, os Anais da Comunidade Brasileiro-Polonesa contaram com colaboradores e patrocinadores majoritariamente leigos, reunindo pessoas com perfis diferentes, como o professor e político Francisco Dranka, um ex-seminarista vicentino que assumiu a coordenação geral da publicação, e João Krawczik,

¹⁸ Em Porto Alegre, as comemorações, que se estenderam por vários dias, congregaram várias entidades polonesas, dando-lhes visibilidade para além do grupo étnico, uma vez que contaram com a presença de autoridades civis, militares e religiosas locais (GRZESCZAK, 2010: 34).

um militante de esquerda que, em virtude de afinidade ideológica, tinha proximidade com o governo de Varsóvia (WACHOWICZ, MALCZEWSKI SChr, 2000: 81, 206).

O objetivo memorialista e histórico dos Anais, “oferecer aos estudiosos da imigração polonesa no Brasil textos e documentos originalmente escritos em polonês e traduzidos para o português, além de trabalhos originais de autoria de pesquisadores da problemática da imigração polonesa no Brasil” (KAWKA, 2007), pôde ser alcançado em virtude da colaboração dos membros da Congregação da Missão de São Vicente de Paula, que franqueou sua biblioteca e arquivo, os quais “congregam o mais valioso material da imigração polonesa no Brasil” (SUPERINTENDÊNCIA, 1970, I: 6). O responsável pela organização do acervo da Congregação da Missão, Pe. João Piton, era, na época da edição dos Anais, reitor da Missão Católica Polonesa no Brasil, e foi o autor de um texto muito importante, pois ali estão listados, com detalhes preciosos, os periódicos poloneses que circularam no Brasil desde o final do século XIX (PITON CM, 1970)¹⁹. Na Gráfica Vicentina foram impressos a maior parte dos nove volumes dos anais, publicados entre 1970 e 1984.

Para interpretar a longevidade dos agentes étnicos religiosos entre os poloneses, além de uma ampliação de sua ação, em termos de espaços sociais, pesquisas sobre casos similares são sempre um recurso analítico, que ao alertar para os condicionamentos históricos e sociológicos, contribui para revelar as especificidades do caso em análise. Nesse sentido, ao descrever carreiras religiosas que favoreceram “o acúmulo de uma notabilidade que, muitas vezes, não se restringe à esfera religiosa”, Seidl (2004: 281, 311) esclareceu “os complexos mecanismos de legitimação e reconhecimento social do catolicismo no sul do Brasil e de suas relações com as interpretações do fenômeno da imigração e colonização de origem alemã e italiana, assim como das questões de reelaboração identitária”. O clero polonês vicentino apresenta, pois, semelhanças com seus similares vinculados a outros grupos imigrantes. No Rio Grande do Sul, dois religiosos capuchinhos destacam-se por sua atuação: Alberto Stawinski, memorialista e historiador dos imigrantes poloneses, deixou obras que fundamentam pesquisas mais recentes sobre o assunto (WEBER, WENCZENOVICZ, 2012), e Rovílio Costa, com suas múltiplas frentes de ação (autor,

¹⁹ Piton deu sequência ao levantamento feito pelo cônsul Gluchowski na década de 1920. Este padre, que retornaria à Polônia em 1974, deixou um fichário com dados biográficos sobre os sacerdotes poloneses que serviu de base para o livro biográfico Quem Foram, O Que Fizeram, Esses Missionários (BIERNASKI CM, 2003: iii).

editor, acadêmico), foi definido como “produtor cultural”, em prol de uma “consciência de italianidade” (MOCELLIN, 2008: 72).

Um dos colaboradores dos Anais foi Ruy C. Wachowicz, que aparece sempre como integrante de um dos departamentos ou comissões responsáveis pela obra, e também como autor. Ele foi o vencedor, em 1966, do Concurso do Milênio Cristão da Polônia, com seu texto “As escolas de colonização polonesa no Brasil”, que foi publicado no volume II dos Anais (SUPERINTENDÊNCIA, 1970, II: 9). Wachowicz, na época um jovem professor universitário de história, é um dos melhores exemplos da parceria de agentes e intelectuais étnicos, laicos e religiosos, entre os poloneses neste período.

Comentários finais

O processo histórico acima descrito, que pôs em destaque a ação social ou “agência” de personagens religiosos, inclusive nas iniciativas de cunho mais intelectual, poderia reforçar a caracterização dos imigrantes poloneses pelo atributo da “religiosidade”, proposição recorrente, mas que já tem sido objeto de crítica historiográfica. O fato da maior parte dos imigrantes ser composta por camponeses pobres (WACHOWICZ, 1981: 11) não favoreceria o surgimento de lideranças étnicas laicas, que costumam estar associadas às classes médias urbanas (GANS, 1996).

Muitos imigrantes liberais foram animados por ideias grandiosas como Nova Polônia ou a colônia marítima ultramarina, outros permaneceram fieis ao um governo sem Estado, ou seja, propunham uma identidade polonesa nem sempre fácil de ser seguida por outros imigrantes e, menos ainda, pelos descendentes. A República Popular da Polônia, se teve a simpatia de alguns imigrantes socialistas, para a maioria significou a volta ao domínio estrangeiro, em uma nova versão, e acabou por reforçar a associação entre catolicismo e polonidade, implícita na mensagem do Milênio da Polônia Cristã. Os religiosos contemporizaram com os agentes consulares do governo comunista, pois isso era necessário para preservar o trânsito de religiosos entre a Polônia e o Brasil, e satisfizeram algumas demandas de seus fiéis, ao mesmo tempo em que reforçavam seu papel clerical.

Certamente um ponto em comum nas iniciativas de leigos e religiosos étnicos é a preservação da memória do grupo, e, em decorrência, da sua identidade, pois não se pode desconhecer o peso da memória como constitutiva da identidade, “na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e

de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si” (POLLAK, 1992: 5). Todos estes personagens contribuíram, de variadas formas, para a existência de “contextos de interação estáveis” ou “mundos da vida ordinária”, endogenamente organizados, com suas representações sociais compartilhadas, os quais são essenciais às identidades sociais (GIMÉNEZ, 1997: 21).

Quanto à preponderância religiosa na manutenção de acervos históricos sobre os poloneses, há que se considerar, antes de tudo, a maior continuidade dos padres no registro de sua própria atividade, e, por conseguinte, dos habitantes das paróquias ou, como vimos, de seus próprios oponentes, o que se transformaria, no futuro, nas fontes de pesquisa mais abundantes, mesmo considerando os vieses desta fonte, o que, de resto, existe em qualquer registro histórico. Tais registros foram favorecidos a) pela presença de missionários que saíam da Europa encarregados de tarefas junto aos imigrantes, das quais eles prestariam contas, b) pela burocracia religiosa e c) pela formação teológica que provia os padres de uma instrução nem sempre ao alcance dos imigrantes camponeses ou urbanos. Por sua vez, a manutenção destes acervos foi assegurada pela existência de sedes físicas das congregações religiosas e pela maior perenidade destas quando comparadas com as associações laicas.

Estes acervos e esta estrutura organizacional, aí incluída a estrutura editorial, serviram de base para a convergência entre laicos e religiosos, projetando intelectuais de ambos os segmentos, a partir de meados da década de 1960. À sua atuação em povoados do interior, que tendem a manter características étnicas mais pronunciadas, a igreja oriunda da imigração acrescenta sua inserção em um público culto e urbanizado, entre o qual a herança étnica e o vínculo religioso se encontram mais sujeitos à dissolução, oferecendo documentos históricos e registros memorialísticos, espaços de reunião e infraestrutura editorial. Se é fato que a identidade étnica se manifesta de maneira simbólica entre os descendentes de gerações subsequentes (GANS, 1996), essa movimentação cultural da segunda metade do século XX abria novas possibilidades de manifestação identitária.

Referências

A ARQUIDIOCESE de Curitiba na sua História. [Curitiba, Arquidiocese de Curitiba, 1956.]

ANUSZEWSKA, Ewa. A colonização polonesa no Brasil nos meados dos anos trinta do século XX. *Estudios Latinoamericanos* (Varsóvia). v. 7, 1980 [Seção “Fuentes”, apresentação e notas ao texto de Teodor Cybulski, de 1934].

BALHANA, Altiva P. Religião e imigração. *Revista do Círculo de Estudos Bandeirantes* (Curitiba). n. 7, 1993.

BARANSKI, Jan, et al. A centenária Sociedade Polono-Brasileira Marechal José Pilsudski. *Projeções*. v. VII (1), 2005.

BERNACONI, Alicia; FRID, Carina. *De la Europa a las Américas: dirigentes y liderazgos (1880-1960)*. Buenos Aires: Biblos, 2006.

BIERNASKI, CM, Lourenço. Contribuição dos padres vicentinos. *Projeções*. v. IV, n. 7, 2002.

BIERNASKI CM, Lourenço. *Quem foram, O que fizeram, Esses Missionários...* Curitiba: Gráfica Vicentina, 2003.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa/Rio de Janeiro: DIFEL/Bertrand Brasil, 1989.

FIRAKOWSKI, A. Aos nossos leitores. *Lud*. Curitiba, v. XXII, 1º jan. 1947.

GANS, Herbert J. Symbolic Ethnicity: The future of ethnic groups and cultures in America. In SOLLORS, W. (ed.). *Theories of ethnicity: a classical reader*. New York, New York University Press, 1996.

GIMÉNEZ, Gilberto. Materiales para una nueva teoría de las identidades sociales. *Revista Frontera Norte*. México. v. 9, n. 18, jul – dic, 1997.

GLUCHOWSKI, Kazimierz. *Os poloneses no Brasil: subsídios para o problema da colonização polonesa no Brasil*. Porto Alegre: Rodycz & Ordakowski Editores, 2005 [1927].

GRZESCZAK, Ademir J. K. *Os espaços de sociabilidade da comunidade polônica do quarto distrito de Porto Alegre nas décadas de 1960 e 1970*. Trabalho de Conclusão de Curso em História do Rio Grande do Sul. São Leopoldo, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2010.

KAWKA, Mariano. A divulgação da Polônia e da cultura polonesa no Brasil através de publicações em língua portuguesa. *Polonicus* [website]. [2007] Disponível em: http://www.polonicus.com.br/site/biblioteca_interna.php?cod=55. Acesso em 18/04/2014.

LECLERC, Gerard. *Sociologia dos intelectuais*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2003.
MARLETTI, Carlo. Intelectuais, in BOBBIO, Norberto (org.), *Dicionário de política*, v. 1. Brasília: Editora UnB, 1995.

MOCELLIN, Maria Clara. *Trajetórias em Rede: representações da italianidade entre empresários e intelectuais da região de Caxias do Sul*. Universidade Estadual de Campinas. Tese de Doutorado em Antropologia, 2008.

PITON CM, João. Periódicos de língua polonesa no Brasil, in SUPERINTENDÊNCIA DO CENTENÁRIO DA IMIGRAÇÃO POLONESA NO PARANÁ. *Anais da comunidade brasileiro-polonesa*, v. III, 1971.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, v. 5, n. 10, 1992.

POLAK, W. *Milênio da Polônia Cristã*. 1966-966. Curitiba, 1966. s.n.t.

SEIDL, Ernesto. *A Elite Eclesiástica do Rio Grande do Sul*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Tese Doutorado em Ciência Política, 2004.

75 ANOS da presença dos padres vicentinos. Curitiba: Graf. Vicentina, 1978.

SIUDA-AMBROZIAK, Renata. Identidade dos meios polônicos locais nas estruturas das paróquias da Sociedade de Cristo no sul do Brasil. *Projeções*, Curitiba. v. II/1. 2000.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In RÉMOND, R. (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV. 2003.

STAWINSKI, Alberto V. *Primórdios da imigração polonesa no Rio Grande do Sul (1875-1975)*. Porto Alegre/Caxias do Sul, ESTSLB/UCS, 1976.

SUPERINTENDÊNCIA DAS COMEMORAÇÕES DO CENTENÁRIO DA IMIGRAÇÃO POLONESA NO PARANÁ. *Anais da comunidade brasileiro-polonesa*. v. I-II. 1970.

TEATRO SÃO PEDRO. *Representação Teatral de Gala em Comemoração do Décimo Quarto Aniversário da Independência da República da Polônia*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 11 nov. 1932.

WACHOWICZ, Romão. *Suor em São Mateus*. Curitiba, Editora e Gráfica Vicentina Ltda, 1984 [1971]. (ANAIS DA COMUNIDADE BRASILEIRO-POLONESA, IX).

WACHOWICZ, Ruy Christovam. *O Camponês Polonês no Brasil*. Curitiba: Fundação Cultural, Casa Romário Martins, 1981.

_____. Saporski: Um pioneiro polono-paranaense. *Projeções*. Curitiba. v. II/2, n. 4, 2000.

_____. Messianismo, polonidade e Nova Polônia no Brasil. *Projeções*. Curitiba. v. II/1, n. 5. 2001.

WACHOWICZ, Ruy C.; MALCZEWSKI SChr, Zdzislaw. *Perfis polônicos no Brasil*. Curitiba: Vicentina, 2000.

REGINA WEBER

WEBER, Regina. Líderes, intelectuais e agentes étnicos: significados e interpretações. *Diálogos* (Maringá. Online), v. 18, n.2, p. 703-733, mai.-ago./2014.

WEBER, Regina; WENCZENOVICZ, Thaís J. Historiografia da imigração polonesa: avaliação em perspectiva dos estudos sobre o Rio Grande do Sul. *História UNISINOS*. v. 16/1. jan./abr. 2012.

Data de recebimento: 02/04/2015.

Data de aceite: 03/08/2015.